

AS TRADIÇÕES DISCURSIVAS: GÊNESE E DEFINIÇÃO

Luciene Maria Patriota¹

RESUMO: Afinal, o que denominamos de Tradição Discursiva (TD) – conceito novo usado entre nós desde a década de 1980? Por que este termo é tão confundido com a noção de gênero textual? Em que eles se diferenciam? Como elas se manifestam? A objetivo deste artigo é encontrar resposta para estes questionamentos. Para tanto, fizemos um percurso em busca da gênese deste termo começando pela teoria de Eugenio Coseriu, em seus principais aspectos, para só então apresentarmos uma definição baseada nos postulados teóricos da Pragmática Alemã, representada nos nomes de Schieben-Lange, Osterreicher, Kabatek, Koch, entre outros. Com isso, tentamos esclarecer o que diferencia uma TD de um Gênero Textual, visto serem conceitos muito próximos, daí bastante confundidos entre si, assim como mostrar a importância das TD para a Linguística Histórica e, também, para os estudos da variação e mudança linguísticas. Afinal, elas representam uma nova possibilidade de estudo dos processos de mudança que junta os aspectos internos e externos da mudança da língua, possibilitando uma explicação desses fenômenos muito mais completa.

PALAVRAS-CHAVE: Gênese; definição; Tradição Discursiva.

ABSTRACT: After all, what we call Discursive Tradition (TD) – new concept used among us since the 1980s? Why this term is so confused with the notion of genre? Where they differ? How do they reveal? The goal of this article is to find answers to these questions. For that, we started a journey in search of the genesis of this term, there's theory Eugenio Coseriu, its main features, for only then introduce a definition for the same based on the theoretical postulates of Pragmatic German, represented in the names of Schieben-Lange, Osterreicher, Kabatek, , Koch, among others. With that, we try to clarify what distinguishes a TD in a Textual Genre, since concepts are very close, so very confused for each other, as well as showing the importance of TD for Historical Linguistic, and also for studies of language variation and change. After all, they represent a new possibility to study the processes of change that brings together internal and external aspects which prove the change of language, providing an explanation of these phenomena much more complete.

KEYWORDS: Genesis; definition; Discursive Tradition.

Conceito usado já há alguns anos, as Tradições Discursivas (doravante TD) surgiram na década de 80 do século XX, no seio da Pragmática Alemã, especificamente dentro da linguística românica com nomes como Coseriu, Schlieben-Lange, Osterreicher, Kabatek, Koch, entre outros. No Brasil, é um conceito que recentemente vem sendo bastante estudado no âmbito dos estudos históricos do português brasileiro, através do Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB).

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da UFPB – PROLING. Mestra em Linguagem e Ensino pela Universidade Federal de Campina Grande.

Como todo conceito novo, o de Tradições Discursivas também foi alvo de muito entusiasmo e, por outro lado, de muita confusão teórica. Entre elas a sua associação ao termo Gênero Textual, sendo muito comum usar-se um conceito pelo outro. Segundo Kabatek (2006, p. 505), a ligação da TD com a Pragmática e o estudo da mudança linguística também é considerável, suscitando questões como: 1) o que é realmente esse paradigma novo que se denomina tradição discursiva? 2) ele é sinônimo de gênero textual? 3) são formas textuais? 4) podem ser também variedades de línguas ou estilos?

Antes de se tentar chegar a uma resposta para essas questões, vamos iniciar tentando mapear a gênese das TD como forma de melhor situar esse conceito e chegarmos, enfim, a uma definição que englobe sua essência e individualidade com relação aos outros conceitos antes mencionados.

Como afirmamos anteriormente, as TD surgiram dentro da Linguística Românica alemã, que é fortemente marcada pelos ensinamentos de Eugênio Coseriu. Para esta escola, a visão tripartida da atividade linguística (COSERIU, 1979) é tida como pedra fundamental para todo estudo voltado à linguagem, sendo, inclusive, seu pré-requisito. Tomando a língua como atividade criadora, fundamentada/guiada por tradições linguísticas e concretizada em textos, Coseriu apresenta os três níveis a partir dos quais toda atividade linguística se realiza:

- A) O NÍVEL UNIVERSAL – refere-se ao falar em geral; é a capacidade inata a todos de comunicar-se por meio de signos lingüísticos; é o conhecimento sistemático da língua. Este nível abarca o conjunto das oposições fundamentais de cada língua.
- B) O NÍVEL HISTÓRICO – refere-se ao modo de falar de uma comunidade; são as formas historicamente dadas, atualizadas das línguas particulares, tais como o inglês, o espanhol, o português. Inclui o conceito de norma, de Coseriu, como realização normal própria de cada língua.
- C) O NÍVEL PARTICULAR – refere-se à realização individual; são os textos ou discursos concretamente realizados.

Cada nível se baseia em um determinado tipo de saber ou competência. Como mostra o quadro 01:

	NÍVEL	TIPO DE SABER
UNIVERSAL	ATIVIDADE DO FALAR	SABER ELOCUCIONAL
HISTÓRICO	LÍNGUA HISTÓRICA PARTICULAR	SABER IDIOMÁTICO
PARTICULAR	DISCURSO	SABER EXPRESSIVO

Níveis do linguístico (segundo Coseriu)

Coseriu (1979, p.74) assim resume estes três níveis do falar:

o sistema é um conjunto de oposições funcionais; a norma é a realização coletiva do sistema que contém o próprio sistema e, ademais, os elementos funcionalmente não-pertinentes, mas normais no falar de uma comunidade; o falar é a realização individual-concreta da norma que contém a própria norma e, ademais, a originalidade expressiva dos falantes.

Neste ponto, torna-se necessário reconhecermos (como de fato, grande parte da comunidade de linguístas reconhece) que a visão tripartida da língua proposta por Coseriu representou um marco de grande importância para os estudos linguísticos, pois, com seu conceito de NORMA, ele nos ofereceu a possibilidade de trazermos para as análises linguísticas, especialmente para os estudos sobre a mudança linguística, um aspecto não contemplado pela proposta dual de Saussure (língua/fala), que foi compreender a língua como processo histórico. Segundo o próprio Coseriu (1979, p. 79):

a distinção entre norma e sistema esclarece melhor o funcionamento da linguagem, a atividade linguística, que é, ao mesmo tempo, criação e repetição (re-criação), dentro do padrão e segundo as coordenadas do sistema funcional (isto é, do que é imprescindível para que a linguagem cumpra sua função); movimento obrigado e movimento livre, dentro das possibilidades oferecidas pelo sistema.

Isso porque, para ele, os três níveis propostos - sistema/norma/fala - operam não de forma isolada, mas numa relação de interdependência. Sendo assim, ao nos dirigirmos a outra pessoa, já podemos visualizar os três níveis operando, visto que no aspecto universal fazemos uso da nossa capacidade comum – o falar; e isso é feito a partir de um idioma, uma língua historicamente atualizada; e, por fim, através de textos/discursos concretos e particulares.

O conceito das TD surgiu a partir do nível histórico proposto por Coseriu, após propostas de ampliação dos níveis já apresentados por ele. Uma primeira proposta de releitura foi dada por Koch (2008). Segundo o autor, a visão tripartida de Coseriu foi essencial, pois possibilitou a sistematização de áreas de investigação fundamentais para a linguística, sem incorrer em confusão entre os níveis de análise. No entanto, Koch sugere uma mudança no esquema proposto por Coseriu para evitar uma confusão terminológica percebida por ele referente ao termo “saber expressivo”. Ele argumenta a partir da pergunta “*o que quer dizer ‘saber expressivo’?*” que se tomarmos ao pé da letra a definição de nível atual/particular, o discurso será “o lugar da aplicação do saber linguístico, mas como cada discurso é único e o saber expressivo implica a possibilidade da reprodução, saber expressivo e discurso serão incompatíveis” (p.54).

Segundo Koch, saber expressivo corresponde “a nossa capacidade de produzir textos segundo tradições e modelos históricos; no entanto, estas tradições históricas na forma de textos ou discursos são logicamente independentes das tradições das línguas particulares” (p.54). Daí ele propor uma subdivisão diretamente relacionada ao nível histórico de Coseriu e que “introduziu no esquema o domínio das tradições discursivas, que pertencem ao nível histórico, mas que se distingue claramente das línguas históricas particulares” (p. 54) . Como vemos no quadro 02 abaixo:

NÍVEL	DOMÍNIO	TIPO DE REGRAS
UNIVERSAL	ATIVIDADE DO FALAR	REGRAS ELOCUCIONAIS
HISTÓRICO	LÍNGUA HISTÓRICA PARTICULAR	REGRAS IDIOMÁTICAS
	TRADIÇÃO DISCURSIVA	REGRAS DISCURSIVAS
ATUAL/INDIVIDUAL	DISCURSO	

Níveis e domínios do linguístico segundo Koch

Comparando-se as duas propostas – Coseriu e Koch – percebemos que a principal mudança apresentada por Koch foi a divisão do nível histórico em “língua histórica particular” e “tradições discursivas”, especificando que para cada nível correspondem o domínio, por parte do falante, de regras distintas: regras idiomáticas para as línguas históricas e regras discursivas para as tradições discursivas. Nas palavras de Koch (2008, p. 54), “foi introduzido neste esquema o domínio das tradições discursivas que pertencem ao nível histórico, mas distintas claramente das línguas históricas particulares”. Além disso, ao eliminar a relação entre “saber expressivo” e discurso individual, Koch desfez o que para ele era algo “incompatível”.

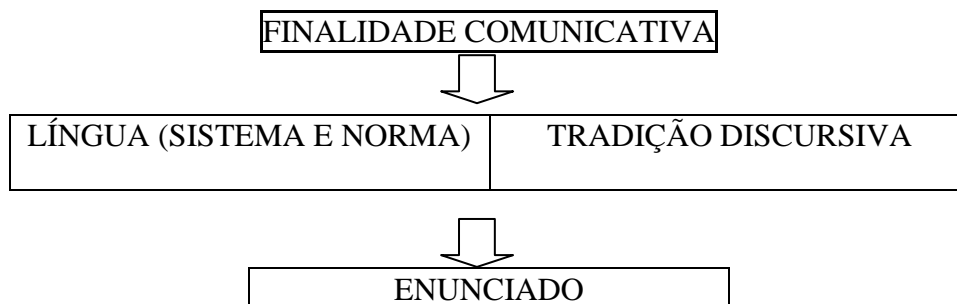
Um argumento usado por esse autor para justificar essa alteração nos níveis propostos por Coseriu, diz respeito ao fato de, segundo Koch, a historicidade das TD ser distinta da historicidade das línguas particulares. Para ele, os grupos constitutivos das línguas históricas e das TD são distintos: as línguas históricas são constituídas por comunidades linguísticas; as TD, por sua vez, por grupos profissionais, religiosos, correntes literárias, movimentos políticos.

Há, portanto, entre os dois, diferenças consideráveis: as línguas históricas definem os grupos, as comunidades linguísticas e os grupos definem as tradições discursivas. Mas, “tanto as línguas históricas como as tradições discursivas constituem tradições do falar” (p. 55). Daí as regras “dominadas/conhecidas” em ambas serem diferentes e históricas, como propôs Koch. Não sendo “aceitável” associar o “saber expressivo” dessas regras ao nível do discurso individual, mas sim ao nível histórico.

Kabatek (2006, p.508) assim explica esta reduplicação do nível histórico:

Pode-se dizer que a atividade do falar, com uma finalidade concreta, atravessaria dois filtros concomitantes até chegar ao produto do ato comunicativo: um primeiro filtro corresponderia à língua e um segundo corresponderia às tradições discursivas.

Como mostra o esquema abaixo proposto por ele:



Esquema das tradições discursivas (Kabatek)

Schlieben-Lange (1993) também propõe uma ampliação dos níveis de análise propostos por Coseriu. Segundo a autora, em “situações históricas determinadas, falamos em forma de textos, orientados por uma determinada finalidade”. Sendo assim, Schlieben defende a idéia de que o caráter universal da atividade linguística também deve ser preservado no nível da língua (histórico) e do texto (individual), pois “sabe-se como uma língua deve ser para poder funcionar como tal. Sabe-se como os textos são constituídos. Também no nível do texto, a historicidade se faz presente na forma de tradições textuais historicamente transmitidas” (p.19). A partir dessa realidade, a autora propõe o seguinte desdobramento para os níveis de análise de Coseriu:

UNIVERSAL	UNIVERSAL HISTÓRICO	UNIVERSAL HISTÓRICO INDIVIDUAL
-----------	------------------------	--------------------------------------

Níveis da atividade linguística segundo Schlieben-Lange

Esse desdobramento possibilita “a passagem dos princípios gerais e básicos da comunicação para a atualização do discurso, ou seja, para o uso, passando pelo fio da história” (GOMES, 2006, p.43). E representa o que Gomes denominou de “concepções embrionárias do que hoje denominamos e discutimos acerca das tradições discursivas” (p. 43). As tradições textuais historicamente transmitidas defendidas por SchliebenLange.

Outro ponto importante sobre a gênese das TD é a sua relação com outros campos de conhecimento, a saber, a Linguística de Texto e a Pragmática, nos anos 60 e 70 do século XX. Mas somente na década de 70 é que nasce uma Linguística de Texto autêntica, que se expandiu e fez surgir variados estudos sobre a textualidade em diferentes perspectivas de análise, cada uma com suas vantagens e desvantagens. Segundo Kabatek (2006, p. 506), foram quatro as principais dessas perspectivas:

- 1) Estudos que consideravam a textualidade a partir de elementos sintáticos e lexicais;
- 2) A textualidade voltada para o conteúdo;
- 3) O texto pela sua inserção situacional; e

4) O texto a partir de sua função ou finalidade comunicativa.

Foi da possibilidade de se combinar os estudos desse novo ramo da linguística (TD) com outros conhecimentos, entre eles a pragmática e a linguística variacional, que no ano de 1993, Brigitte Schlieben-Lange apresentou a Pragmática Histórica como uma proposta para o estudo do texto e abriu caminho para o estudo histórico das tradições discursivas.

Feitas estas considerações essenciais sobre a gênese do conceito das TD, podemos, agora, traçar um percurso que nos permita chegar a uma definição para este termo. O melhor caminho para isso é partirmos dos traços definidores de uma TD para, a partir daí, apresentarmos uma definição para as elas.

Antes, porém, torna-se essencial esclarecermos a importância de diferenciarmos as TD dos gêneros textuais, dado a grande confusão existente entre os dois conceitos já citada anteriormente. Tentamos um caminho para essa distinção que é bastante sutil, tênue, por assim dizer, pois são conceitos que caminham juntos, complementam-se.

Segundo Kabatek (2006), as TD dizem respeito às possibilidades que o usuário da língua dispõe para efetuar uma determinada finalidade comunicativa. Será essa finalidade que levará o usuário a acionar o que a tradição textual lhe oferece para então fazer-se entender, ou entender o outro. Nas palavras desse autor:

Quando encontro alguém na rua diante da casa pela manhã e a minha intenção ou finalidade é a de expressar uma saudação, essa finalidade não encontra solução só no acervo lexical e gramatical do português, produzindo enunciados corretos como ‘emito uma saudação para você’, senão que digo ‘bom-dia’ segundo uma tradição estabelecida além das regras da língua (p.4).

Em outras palavras, isso quer dizer que essas “finalidades” é que ativam as TD que nos levam a agir concretamente segundo “o acervo da memória cultural” de cada comunidade e que, na maioria das vezes, concretizam-se através dos gêneros textuais. Sendo assim, as TD operam no plano, digamos, abstrato de nossas intenções de fazer, falar, escrever algo, enquanto os gêneros realizam, no plano concreto, essas finalidades. É o que Simões (2008, p. 13) afirma ao dizer, baseando-se em Kabatek, que “as TD não são um sinônimo de gênero textual. TD são o material composicional dos gêneros textuais”. Elas definirão o gênero a ser usado em cada circunstância, dito de outra forma.

Feita esta ressalva, vejamos, agora, os traços que definem uma TD. Kabatek (2006) nos mostra três traços essenciais que definem uma TD. Primeiramente, temos o traço da REPETIÇÃO. Segundo esse autor, os textos em geral estabelecem entre si uma relação temporal, ou seja, um texto em um momento determinado da história mantém relação com outro texto anterior a ele. Podemos exemplificar esse traço retomando o exemplo da saudação citada anteriormente.

Ao revelarmos nossa intenção de saudar uma outra pessoa, já encontramos no nosso acervo, construído ao longo do tempo, formas textuais como “bom-dia”,

“boatarde”, “boa-noite” que respondem concretamente a esse intuito, essa finalidade. Assim como temos os provérbios, as formas tradicionais de agradecimento, a promessa e tantos outros atos de fala já estabelecidos em cada comunidade linguística.

Nesse leque de opções, encontram-se também as TD ligadas a finalidades ditas mais complexas e pertencentes às culturas escritas, ligadas a instituições, como os gêneros jurídicos, os gêneros escritos que circulam na escola, entre eles o livro didático. Kabatek (2006, p.509) assim se expressa a esse respeito: as TD podem ser vistas “como modos tradicionais de dizer as coisas, modos que podem ir desde uma fórmula simples até um gênero ou uma forma literária complexa”.

Um segundo importante traço definidor das TD encontramos a partir da questão da repetição e diz respeito ao fato de que nem toda repetição constitui-se uma TD; essa repetição deve ser necessariamente DISCURSIVA. Nas palavras de Kabatek (2006, p. 510):

Só uma combinação particular de uma série de formas torna possível a inserção de um texto em uma TD. Haverá, pois, que introduzir na definição essa ‘possibilidade inerente’ da repetição, base para que se possa considerar relevante para estabelecer uma TD: nem toda repetição de um elemento linguístico forma uma TD, mas a formação de uma TD exige a repetição de algo.

É nesse ponto que entra em cena aquele que podemos considerar como o traço essencial de uma TD, aquele que vai melhor caracterizá-la. É o traço da **EVOCACÃO**. A repetição para se constituir uma TD necessita evocar algo já instituído, já tradicionalmente construído. Podemos mais uma vez retomar o exemplo da saudação para entendermos esse “evocar algo”. O ato de saudar é evocado dentro de uma situação concreta que se repete: um encontro entre duas pessoas evoca outros encontros nos quais uma dada sequência linguística se repete como forma de cumprimento, de saudação, enfim. O mesmo ocorre em diversas outras situações simples ou complexas que nos levam a repetir algo já existente, evocar formas já constituídas para este fim, esta finalidade. Isso porque, de acordo com Kabatek (2006, p. 512), “a TD tem valor de signo e é reconhecível por meio de signos metatextuais como ‘saudação’, ‘carta’, ‘soneto’, etc”.

Simões (2008) assim se coloca sobre o traço da evocação: “a evocação é a repetição dos conteúdos temáticos que são tratados nos textos, isto é, a hierarquia temática da linguagem específica de um texto” (p.13). Ele resume no seguinte esquema a característica da evocação para as TD: “uma situação B evoca uma situação A que permite a realização de um texto 2 como repetição de um texto 1” (p. 13).

Uma reflexão, no entanto, faz-se necessária neste ponto da discussão que é a necessidade de se esclarecer que, mesmo operando nesse “esquema” aparentemente fechado, fixo, as TD estão sujeitas à dinamicidade da história, ou seja, elas estão sujeitas às mudanças que serão dadas por cada novo acontecimento histórico/social, cada nova necessidade comunicativa que vai influenciar diretamente nos gêneros textuais que circulam na sociedade e que concretizam as TD. Isso devido ao seu caráter móvel,

atribuído por Osterreich (2001), à marca da variabilidade e dinamismo das TD. Cada nova situação comunicativa remete-nos a novas manifestações linguísticas, porém firmadas em modelos já existentes. Nas palavras de Zavam (2009, p.3):

As tradições discursivas são, nesse sentido, formas textuais que são evocadas e que se repetem, e nesse processo contínuo de evocação e repetição, ora conservam elementos linguísticos e/ou discursivos (traços de permanência), ora apresentam inovações (vestígios de mudança).

Isso porque, como formas históricas que são, as TD estão constantemente submetidas a trocas. Osterreich (2002) mostra essa “marca” das TD quando fala nas diversas possibilidades de existência em uma mesma língua de TD diferentes, sujeitas à criação, à fixação e à expansão de novas formas discursivas, assim como a “a perda da importância” de algumas tradições devido novas exigências da sociedade e, a partir daí, sua “marginalização que pode levar ao seu completo desaparecimento”, nas palavras desse autor. É o caminho das “permanências” e “mudanças” visto anteriormente.

A partir dessa síntese dos traços definidores de uma TD, podemos agora chegar a uma definição que englobe todos os traços aqui apresentados. É Kabatek (2006) quem nos apresenta uma das mais completas definições de TD:

Entendemos por Tradição Discursiva (TD) a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou falar que adquire valor de signo próprio (portanto é significável). Pode-se formar em relação a qualquer finalidade de expressão ou qualquer elemento de conteúdo, cuja repetição estabelece uma relação de união entre atualização e tradição; qualquer relação que se pode estabelecer semioticamente entre dois elementos de tradição (atos de enunciação u elementos referenciais) que evocam uma determinada forma textual ou determinados elementos linguísticos empregados” (p.512).

Com esta definição, Simões (2008) nos esclarece que Kabatek conseguiu responder em boa parte à principal crítica da qual as TD são alvo: a de sua semelhança com os estudos dos gêneros textuais, melhor dizendo, a de ser tida como sinônimo destes. Isso porque, ao trabalhar com conceitos como REPETIÇÃO, EVOCAÇÃO, ATUALIZAÇÃO e TRADIÇÃO, esta definição permite-nos visualizar duas preocupações básicas dos estudos das TD: 1) não apenas analisar a composição dos textos como propõe a Linguística Textual, mas, essencialmente 2) observar como a norma de uma língua pode ser afetada por processos de transposições, atualizações ou permanências de TD, promovendo, assim, o processo de mudança linguística.

Dito de outra forma, o estudo das TD, partindo-se da definição dada, permite verificar o processo de mudança linguística através dos mecanismos vistos em (2) como uma das principais contribuições desse novo ramo de estudo das mudanças linguísticas dentro da Linguística Histórica. Nas palavras de Kabatek (2003):

As tradições discursivas passam de uma língua para outra, são alicerce para a criação linguística e lugar de contato entre as línguas; formam comunidades discursivas, às vezes dentro das comunidades linguísticas; são laços de união

entre história externa e interna e lugar de encontro entre a história cultural e a história individual das línguas (p.38).

Sendo assim, como diz Kabatek, as TD “abrem novos horizontes e permitem novas conclusões” sobre os estudos das mudanças linguísticas, pois possibilita estudar o processo da mudança não numa perspectiva estática, o que se denominou em Linguística Histórica de “evolução linear diacrônica de uma língua”, mas a partir da junção dos aspectos internos e externos que promovem as mudanças da língua. É a possibilidade de, através dos traços caracterizadores das TD – flexibilidade, evocação, transformação, interferência, historicidade, mobilidade social e cultural – recuperar (ou tentar, pelo menos) o fio da história do português brasileiro através de uma correlação entre a história social e o desenvolvimento linguístico (GOMES, 2006). Ainda na esteira de Gomes, assinalamos que “enveredar no campo da linguística histórica implica necessariamente um mergulho semelhante na teia da história social”. E o estudo das TD permite justamente realizarmos esse “mergulho”, daí sua grande e inegável importância: “trazer uma nova orientação aos estudos históricos diacrônicos” (ASSIS, 2009).

Referências bibliográficas

ASSIS, Maria Cristina de. O Conceito de Tradições Discursivas Aplicado a Estudos em Linguística Histórica. João Pessoa. **Anais ABRALIN**, v.02, 2009, p. 3858-3861.

COSERIU, Engenio. **Teoria da Linguagem e Linguística Geral**. 2ª ed. Trad. Agostinho Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

GOMES, Valéria. **Traços de Mudanças e de Permanência em Editoriais de Jornais Pernambucanos**: da forma ao sentido. Tese de Doutorado. Recife: UFPE, 2006.

KABATEK, Johannes. **La Linguística Románica Histórica**: tradición e innovación em una disciplina viva. *La Corónica*, Spring, 2003, v.31.2 p. 35-40.

_____. Tradições Discursivas e Mudança Linguística. In: LOBO, Tânia; RIBEIRO, Ilza; CARNEIRO, Zenaide e ALMEIDA, Norma (orgs.). **Para a História do Português Brasileiro**: novos dados, novas análises. Salvador: EDUFBA, 2006.

KOCH, Peter. Tradiciones Discursivas y Cambio Linguístico: el ejemplo del tratamiento vuestra merced em espanhol. In: KABATEK, Johannes. **Sintaxis Histórica del Español y Cambio Linguístico**: nuevas perspectivas desde las tradiciones discursivas. Madrid: Iberoamericana, 2008, p. 53-88.

OSTERREICHER, Wulf. Autonomización del Texto y Recontextualización. Dos problemas fundamentales em las ciencias del texto. In: RODRIGUÊS, E. (org.). **Homenaje Luis Jaime Cisneros Lima**. Pontificia Católica del Peru. 2002, v.1, p.343387.

_____. La Recontextualización de los Géneros Medievales como Tarea Hermenéutica. *In*: JACOB, Daniel; KABATEK, Johannes. **Lengua Medieval y Tradiciones Discursivas en la Península Ibérica**. Frankfurt am Main: Vervut. Iberoamericana, 2001, p. 199-231.

SIMÕES, José da Silva; KEWITZ, Verena. Tradições Discursivas e Organização de Corpora. *In*: AGUILERA, Vandeci (org.). Para a História do Português Brasileiro. **VI Seminário do PHPB**. Londrina: UEL, 2007.

SHILIEBEN-LANGE, Brigitte. Normas do Falar, da Língua e dos Textos. *In*: _____. **História do Falar e História da Linguística**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993, p.17-34.

ZAVAM, Áurea. Historiando uma Tradição Discursiva: a construção da autoria institucional em editoriais de jornais cearenses. **Revista Encontros de Vista**, 3ª ed. Disponível em: www.encontrosdevista.com.br. Acesso em: 05/11/2009.